



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 19.774.777/0001-31

Praça da Conceição, 65 – Centro – Santo Antônio do Aventureiro/MG

CEP. 36.670-000 – TEL.: 32 3286-1146

e-mail: camarasaaventureiro@yahoo.com.br



CONTRATO .../2025 CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO E, INSCRITA NO CNPJ SOB O NÚMERO QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESAPARA FORNECIMENTO DE SALGADOS (FRITOS OU ASSADOS) NÃO INDUSTRIALIZADOS, A SEREM SERVIDOS NAS REUNIÕES ORDINÁRIAS NA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE AVENTUREIRO.

CONTRATANTE:CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO, com sede Praça da Conceição, 65 – Centro – Santo Antônio do Aventureiro/MG, CEP 36.670-000, inscrita no CNPJ sob o n.º19.774.777/0001-31, neste ato representada pelo seu Presidente, o Exmo. Vereador portador da matrícula funcional.....

CONTRATADA:....., inscrita no CNPJ sob o número....., com sede a neste ato representada por,<qualificação>

Firmam o presente Contrato Administrativo, com base no **PROCESSO Nº .../2025–DISPENSANº .../2025**, regendo-se o presente instrumento pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

- 1.1. Contratação de empresa para fornecimento de lanches em geral, para atender às demandas de reuniões e eventos da Câmara Municipal de Santo Antônio do Aventureiro /MG.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Termo de Dispensa;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Fornecimento de 200 (duzentos) salgados (fritos ou assados) não industrializados por sessão ordinária, a serem servidos pela empresa contratada nas reuniões, totalizando 400 (quatrocentos) salgados mensais.
- 1.2. Servidos pela empresa contratada nas reuniões ordinárias na Sede da Câmara Municipal de Santo Antônio do Aventureiro/MG de acordo com o calendário legislativo do ano vigente.
- 1.3. Fornecimento de salgados diversos (fritos ou assados) não industrializados.
- 1.4. Com peso médio de 45 (quarenta e cinco) gramas por unidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 19.774.777/0001-31

Praça da Conceição, 65 – Centro – Santo Antônio do Aventureiro/MG

CEP. 36.670-000 – TEL.: 32 3286-1146

e-mail: camarasaaventureiro@yahoo.com.br



1.5. A ser disponibilizado nas seguintes variedades:

1.5.1. Quibe, rissoles de carne, rissoles de presunto e mussarela, croquete de carne e frango, pastel assado de frango e carne, coxinha tradicional de frango, empadinha de frango, bombom de queijo, bombom de milho, pastel assado de peito de peru, pastel comum de carne e queijo, esfirra de carne, esfirra de frango, enroladinho de salsicha, empadinha de frango, empadinha de queijo, empadinha de alho poro.

1.5.2. Mini croissant - sabores variados - massa folhada em formato de meia-lua.

1.5.3. Mini hambúrguer - recheio contendo carne, alface, tomate, presunto, queijo, presunto.

1.5.4. Mini pizza de presunto e mussarela - ingredientes: farinha de trigo, sal, leite – recheio, orégano, presunto e mussarela, apresentação assado.

1.5.5. De acordo com as quantidades abaixo:

Seq	Descrição	Und	Qtde
1	Fornecimento de salgados diverso (fritos ou assados) não industrializados, com peso médio de 45 (quarenta e cinco) gramas por unidade, a ser disponibilizado nas seguintes variedades: quibe, rissoles de carne, rissoles de presunto e mussarela, croquete de carne e frango, pastel assado de frango e carne, coxinha tradicional de frango, empadinha de frango, bombom de queijo, bombom de milho, pastel assado de peito de peru, pastel comum de carne e queijo, esfirra de carne, esfirra de frango, enroladinho de salsicha, empadinha de frango, empadinha de queijo, empadinha de alho poro. Com peso médio de 45 (quarenta e cinco) gramas por unidade.	Und	50
2	Mini croissant - sabores variados - massa folhada em formato de meia-lua. Com peso médio de 45 (quarenta e cinco) gramas por unidade.	Und	50
3	Mini hambúrguer - recheio contendo carne, alface, tomate, presunto, queijo, presunto. Com peso médio de 45 (quarenta e cinco) gramas por unidade.	Und	50
4	Mini pizza de presunto e mussarela - ingredientes: farinha de trigo, sal, leite – recheio, orégano, presunto e mussarela, apresentação assado. Com peso médio de 45 (quarenta e cinco) gramas por unidade.	Und	50
Servidos pela empresa contratada nas reuniões ordinárias na Sede da Câmara Municipal de Santo Antônio do Aventureiro/MG de acordo com o calendário legislativo do ano vigente. Com peso médio de 45 (quarenta e cinco) gramas por unidade.			



CLÁUSULA TERCEIRA: SUBCONTRATAÇÃO

- 3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 3.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 3.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 3.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 3.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 3.6. Caso tenha sido formulada no Termo de Referência a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:
- 3.6.1. O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;
- 3.6.2. O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e
- 3.6.3. O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
- 3.6.4. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR

- 2.1. 4.1. O valor global para a presente contratação será de R\$....., conforme detalhamento no quadro abaixo:

Seq	Descrição	Und	Qtde	Vlr. Unt	Vlr. Total
1	Fornecimento de salgados diverso (fritos ou assados) não industrializados, com peso médio de 45 (quarenta e cinco) gramas por unidade, a ser disponibilizado nas seguintes variedades: quibe, rissoles de carne, rissoles de presunto e mussarela, croquete de carne e frango, pastel assado de frango e carne, coxinha tradicional de frango, empadinha de frango, bombom de queijo, bombom de milho, pastel assado de peito de peru, pastel comum de carne e queijo, esfirra de carne, esfirra de frango, enroladinho de salsicha, empadinha de frango,	Und	50		



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 19.774.777/0001-31

Praça da Conceição, 65 – Centro – Santo Antônio do Aventureiro/MG

CEP. 36.670-000 – TEL.: 32 3286-1146

e-mail: camarasaaventureiro@yahoo.com.br



	empadinha de queijo, empadinha de alho poro. Com peso médio de 45 (quarenta e cinco) gramas por unidade.				
2	Mini croissant - sabores variados - massa folhada em formato de meia-lua. Com peso médio de 45 (quarenta e cinco) gramas por unidade.	Und	50		
3	Mini hambúrguer - recheio contendo carne, alface, tomate, presunto, queijo, presunto. Com peso médio de 45 (quarenta e cinco) gramas por unidade.	Und	50		
4	Mini pizza de presunto e mussarela - ingredientes: farinha de trigo, sal, leite – recheio, orégano, presunto e mussarela, apresentação assado. Com peso médio de 45 (quarenta e cinco) gramas por unidade.	Und	50		
TOTAL		Und	200		
Servidos pela empresa contratada nas reuniões ordinárias na Sede da Câmara Municipal de Santo Antônio do Aventureiro/MG de acordo com o calendário legislativo do ano vigente. Com peso médio de 45 (quarenta e cinco) gramas por unidade.					

CLÁUSULA QUINTA – DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas do presente contrato correrão por conta da dotação 01.031.001.2.0002.3.3.90.30 –MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA-MATERIAL DE CONSUMO.

CLÁUSULA SEXTA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

6.1. A contratada obriga-se a iniciar a prestação dos serviços em até **05 (cinco)** dias após a celebração do contrato.

6.2. O prazo de vigência de execução do contrato será de **60(sessenta) dias** sem prorrogação.

CLÁUSULA SÉTIMA– DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.3. A Gestão do Contrato ficará a cargo do **Presidente**

7.4. A fiscalização do Contrato ficará a cargo do servidor Luciano Salvador Cunha Teixeira.

7.4.1. A fiscalização anotar em registro próprio as falhas detectadas.

7.4.2. A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome da Câmara Municipal de Santo Antônio do Aventureiro, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços.

7.4.3. A fiscalização terá plenos poderes para decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade sobre a execução da mesma, a qual será única e exclusivamente de competência da empresa contratada.

7.4.4. As relações entre a Câmara Municipal de Santo Antônio do Aventureiro e a empresa contratada, serão mantidas prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

7.4.5. É assegurado à Fiscalização o acesso e acompanhamento dos serviços para que proceda a fiscalização dos materiais e execução dos serviços.

7.4.6. A empresa contratada obriga-se a facilitar a fiscalização, fornecendo todos os elementos necessários à regular execução dos serviços de fiscalização.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.3. O pagamento decorrente da concretização do objeto será efetuado em até 10 (dez) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura referente ao mês vencido à prestação do serviço desde que



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 19.774.777/0001-31

Praça da Conceição, 65 – Centro – Santo Antônio do Aventureiro/MG

CEP. 36.670-000 – TEL.: 32 3286-1146

e-mail: camarasaaventureiro@yahoo.com.br



acompanhada de cópia das certidões de regularidade junto ao FGTS, à regularidade para com a fazenda FEDERAL e a regularidade TRABALHISTA cuja autenticidade será confirmada nos sites dos órgãos emissores pelo gestor/fiscal do Contrato.

8.3.1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta corrente informada na proposta do fornecedor.

8.3.2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após Recebimento Definitivo da mercadoria.

8.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa correspondente ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses, mediante aplicação das seguintes fórmulas: $EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(IPCA \ 12m)}{365}$$

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DA CONTRATADA

9.3. Realizar a execução decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência.

9.4. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

9.5. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários a perfeita execução do fornecimento.

9.6. Nos termos do Art.125 da Lei Federal 14.133/2021, o fornecedor fica obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.

9.7. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo.

9.8. Caso ocorram reclamações sobre a qualidade dos produtos fornecidos ou serviços prestados, providenciar imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela fiscalização.

9.9. Permitir a qualquer tempo, durante a vigência do contrato, visitas ao local de produção dos alimentos e de estocagem dos produtos.

9.10. Informar ao fiscal do contrato com antecedência de 24 horas o nome e o número do celular do supervisor da contratada que ficará com a atribuição de acompanhar o evento no local determinado para realização.

9.11. Concordar e autorizar a avaliação das despesas efetuadas, mantendo à disposição dos órgãos de controle interno e externo, todos os documentos, contas e registros comprobatórios das despesas efetuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DO CONTRATANTE

10.3. Requisitar a prestação dos serviços e fornecimentos previstos neste Termo e exigir da empresa



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 19.774.777/0001-31

Praça da Conceição, 65 – Centro – Santo Antônio do Aventureiro/MG

CEP. 36.670-000 – TEL.: 32 3286-1146

e-mail: camarasaaventureiro@yahoo.com.br



contratada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações mencionadas neste Termo de Referência.

- 10.4. Promover através de servidor designado o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da empresa contratada.
- 10.5. A critério da contratante, poderão ocorrer vistorias ou fiscalizações a qualquer momento visando aferir a qualidade de execução dos serviços e o desempenho da contratada.
- 10.6. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
- 10.7. Efetuar o pagamento à empresa contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de referência.
- 10.8. Aplicar as sanções administrativas, respeitando-se o contraditório e a ampla-defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA SUSTENTABILIDADE

- 11.3. A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental, a recepção de bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis, práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização, que sejam aplicáveis ao objeto deste Termo.
- 11.4. Tal imposição está em consonância com o Princípio do Desenvolvimento Nacional Sustentável conforme colacionado no Art. 5º da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 12.3. Será admitida a subcontratação, pela contratada, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, dos serviços acessórios e complementares, tais como locação de espaço e mobiliário, equipamentos, acessórios, alimentação e bebidas, locação de veículos, insumo e todos os demais materiais, desde que a empresa subcontratada tenha as qualificações técnicas adequadas para a realização dos serviços de acordo com os requisitos legais e atenda aos requisitos previstos neste Termo de Referência.
- 12.4. A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, não tendo os empregados da CONTRATADA e SUBCONTRATADA qualquer vínculo com a CMSAA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- 13.3. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, Se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução dos recursos evitando práticas corruptas e fraudulentas.
- 13.4. Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:
 - 13.4.1. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de suas atividades;
 - 13.4.2. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 19.774.777/0001-31

Praça da Conceição, 65 – Centro – Santo Antônio do Aventureiro/MG

CEP. 36.670-000 – TEL.: 32 3286-1146

e-mail: camarasaaventureiro@yahoo.com.br



- 13.4.3. “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- 13.4.4. “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às
- 13.4.5. pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato.
- 13.5. “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do Município, com o objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do Município em promover inspeção

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.3. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 14.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 14.3.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 14.3.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 14.3.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 14.3.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 14.3.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.3.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 14.3.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 14.3.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 14.3.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 14.3.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- 14.3.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- 14.3.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 14.4. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência no caso da falta prevista no subitem 14.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 14.1.1 a 14.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 14.1.2 a 14.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três)



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 19.774.777/0001-31

Praça da Conceição, 65 – Centro – Santo Antônio do Aventureiro/MG

CEP. 36.670-000 – TEL.: 32 3286-1146

e-mail: camarasaaventureiro@yahoo.com.br



anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 14.1.8 a 14.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

14.5. **Na aplicação das sanções serão considerados:**

- 14.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 14.5.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 14.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 14.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 14.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 14.7. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 14.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 14.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 15.3. Aplicam-se ao presente contrato e tem-se como base de interpretação do mesmo os dispositivos da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, aplicando-se na ausência de revisão legal, as normas e princípios de direito público, da teoria geral dos contratos, e supletivamente, as normas e princípios de direito privado.
- 15.4. Este Contrato guarda consonância com as normas contidas na Lei nº 14.133/93, em sua versão atualizada, vinculando-se, ainda, ao Processo Licitatório.../2025, ao Termo de Referência, à Proposta de Preços da CONTRATADA, às Notas de Empenhos e demais documentos que compõem o Processo supramencionado que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO

- 16.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato, por extrato:



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 19.774.777/0001-31
Praça da Conceição, 65 – Centro – Santo Antônio do Aventureiro/MG
CEP. 36.670-000 – TEL.: 32 3286-1146
e-mail: camarasaaventureiro@yahoo.com.br



- a) no site da Câmara Municipal de Santo Antônio do Aventureiro www.camarasaaventureiro.com.br.
- b) no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no endereço www.diariomunicipal.com.br/amm-mg.
- c) por afixação no quadro de avisos

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.3. As partes elegem o Foro da Comarca de **Além Paraíba/MG**, para a solução de qualquer litígio decorrente do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por se acharem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que se produzam os seus efeitos legais.

Santo Antônio do Aventureiro/MG, de de 2024

CÂMARA M. DE SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO

.....
CONTRATANTE

<CONTRATADA>

<Signatário>
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: _____

Nome: _____